

O ENSINO PROFISSIONALIZANTE E SUAS NOVAS ARTES DE GOVERNAMENTO: OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tatiana Teixeira Silveira*

Maria Rita de Assis César**

Resumo: O artigo investiga o processo de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por parte do governo Federal, através da lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, demonstrando o interesse recente pela educação profissionalizante como um segmento fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. Para tanto, são utilizados conceitos criados e empregados por Michel Foucault em suas obras da segunda metade dos anos de 1970, como biopolítica e governamentalidade neoliberal. A análise deve mostrar que a reformulação das instituições destinadas ao ensino profissionalizante em nosso país requer novas maneiras de pensar a educação técnica no que concerne aos diversos níveis de ensino destinados atualmente a essa instituição. O que se pretende é analisar criticamente a formação do profissional técnico, atualmente imerso nas regras da economia de mercado neoliberal, por meio dos conceitos de empreendedorismo e empregabilidade.

Palavras-chave: governamentalidade neoliberal. biopolítica. políticas públicas. ensino profissionalizante.

1 Introdução

As discussões sobre o ensino profissionalizante nesse texto se desenvolvem a partir da concepção de que alguns aspectos desse ensino são parte integrante de uma política de governamentalidade. Essa política pode ser encontrada, nas descrições dos documentos oficiais que envolveram a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Mas também estão presentes nos processos que envolvem a educação em nosso país, nas práticas docentes que procuram definir um aluno-técnico habilitado ao mercado profissional, assim como nas práticas institucionais que determinam a formação desse aluno-técnico. Também podemos observar alguns desses aspectos nas características que se encontram

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, bolsista PIQDTEC/CAPES, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, professora de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Câmpus Rio Grande.

** Pós-doutora em Filosofia pela Universidade de Paris XII, Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.



presentes na constituição de cada um de nós, como a busca por uma formação permanente, esses exemplos designam um controle de nossas vidas.

A discussão que o texto propõe envolve aspectos biopolíticos, na medida em que a vida de uma população, no caso desse estudo, os alunos-técnicos, servem de suporte para implantação de novas formações pautadas na demanda de um mercado. Formações que contemplam, durante o processo de tornar-se um “técnico”, caracterizações vinculadas a um poder sobre a vida e suas formas políticas de constituição, a busca pelo sujeito capaz de tornar-se um empreendedor de si mesmo e com isso atingir as demandas, mesmo que inalcançáveis frente as exigências dessa vida, do mercado profissional de sucesso.

Para isso, são utilizados conceitos de Michel Foucault, oriundos dos cursos proferidos no Collège de France. No curso *Em defesa da sociedade*, de 1976, Michel Foucault analisa e define o biopoder e os racismos de Estado através dos discursos sobre as guerras de raças, esse biopoder é um poder que se aplica à população, à vida e aos vivos. Esse conceito também aparece no último capítulo do livro *História da sexualidade I: a vontade de saber*, de 1976.

No curso *Segurança, território, população*, de 1978, o autor parte do problema desenvolvido anteriormente, o biopoder, para uma nova tecnologia de poder que é pautada no fenômeno “população”, expondo o seu gerenciamento e consequente regulação através de diversos mecanismos, entre eles, o de segurança. É possível visualizar nesse curso a entrada da figura do governo para explicar a gestão governamental da vida da população, através do conceito de governamentalidade.

Para finalizar a importância teórica desses cursos na análise a que esse trabalho propõe-se, encontramos no *Nascimento da biopolítica*, curso de 1979, um estudo sobre a arte liberal de governar, no qual aparece uma problematização em torno de questões relativas ao neoliberalismo no século XX e sua consequente influência nas tecnologias biopolíticas propostas pelo mercado.

2 Sobre o conceito de governamentalidade biopolítica neoliberal em Michel Foucault

Ao utilizar o conceito de governamentalidade biopolítica neoliberal, a partir dos escritos de Michel Foucault, para pensar a problemática do ensino profissionalizante através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), torna-se necessário situar esses conceitos no contexto de uma genealogia do poder na modernidade.



Essa discussão conceitual surge de deslocamentos referentes aos saberes e suas condições de possibilidades, que conseqüentemente se encontram imbricados na trama das relações de poder. Em suas análises sobre o poder e seus desdobramentos, Foucault realiza uma crítica do presente. Com esse procedimento é possível transpor para a atualidade suas problematizações. Contudo, uma das perguntas lançadas pelo filósofo nesse empreendimento crítico foi: “O que estamos fazendo de nós mesmos?”¹

Assim, a partir desse importante questionamento coloco-me frente ao desafio de propor algumas discussões referentes a uma genealogia do poder para o espaço educacional destinado as políticas de ensino profissionalizante no Brasil. Foucault apresenta uma ideia de poder distinta das análises clássicas que tomam o poder como repressor e opressor, para além disso, a analítica do poder foucaultiana toma o poder como uma instância produtora de verdades, saberes e subjetividades.

Para este artigo, faz-se necessário pensar sobre a produção dessas relações de poder no campo institucional escolar, nesse caso, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Através das mudanças na legislação mais recente é possível apontar práticas que demonstram a presença do poder disciplinar nessas instituições, além de outras formas de exercício de poder, como os novos governamentos e o biopoder.

Foucault no último capítulo da obra *História da Sexualidade I – a vontade de saber* de 1976 e no curso proferido no Collège de France, em 1975-1976, denominado *Em defesa da sociedade* desenvolve o conceito de biopoder. No livro esse conceito aparece ligado ao dispositivo da sexualidade e a questões do racismo moderno (biológico e de Estado). No curso, o conceito aparece vinculado ao que o autor denomina de “guerras de raças”.

O dispositivo da sexualidade, termo conceitual descrito por Foucault, designa que a sexualidade foi forjada por uma série de dispositivos e micropoderes disciplinares historicamente situados e não somente reprimidos pela moral cristã e pelo capitalismo. Foucault define o dispositivo da sexualidade como:

¹ “Como fazer para não se tornar fascista, mesmo quando (sobretudo quando) se crê ser um militante revolucionário? Como desembaraçar nosso discurso e atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo? Como desalojar o fascismo que se incrustou no nosso comportamento?” (FOUCAULT, 2010, p. 105). Para mais, ver: FOUCAULT, Michel. Prefácio (Anti-édipo). In: FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos. Vol VI. Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. E GRÓS, Frederic. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 127-138.



um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Foucault trata sobre a questão da guerra e aborda as práticas e as instituições de guerra durante a Idade média e a época moderna, e traça as características de cada época: concentração na mão de um poder central, posteriormente estatização da guerra, e ainda o direcionamento para a mão de um aparelho militar com o aparecimento do exército. (FOUCAULT, 1999, p. p.49-73).

No entanto, em ambas as descrições, o biopoder aparece como um poder sobre a vida. A formação desse poder para o autor está vinculada as tecnologias de um poder específico: a norma e seus poderes surgem como uma invenção das disciplinas porque fazem parte do funcionamento punitivo, e aparece com essa nova lei que a modernidade conheceu através do dispositivo disciplinar. Funciona na educação, através das coerções, funciona também nas normas gerais de saúde, na regulamentação dos processos que envolvem o poder: “Uma outra consequência deste desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, às expensas do sistema jurídico da lei [...] Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 135).

Foucault no curso *Em defesa da sociedade* faz uma reconstituição histórica das guerras de raças durante o século XVIII, atrelado as discussões sobre racismo de Estado, ou uma estatização do biológico, que é uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo. O racismo moderno torna-se uma tecnologia de poder que assegura a função de morte na economia do biopoder, pautado no fortalecimento biológico de uma espécie (raça ou população). Foucault demonstra que o racismo enraíza-se através do funcionamento do biopoder e de um Estado que utiliza a raça para exercer seu poder de soberania. Sobre isso, o autor apresenta o exemplo do nazismo e do stalinismo:

Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque a sociedade nazista (assunção do biológico, da procriação, da hereditariedade; assunção também da doença, dos acidentes). Não há sociedade a um só tempo mais disciplinar e mais previdenciária do que a que foi implantada, ou em todo caso projetada, pelos nazistas [...] (FOUCAULT, 1999, p. 309).

Percebe-se que, a partir do século XVII, organiza-se um poder positivo em torno da vida, atravessado por relações, de um lado, disciplinares com uma anátomo política do corpo e, por outro, a partir do século XVIII, com um poder sobre o corpo espécie, uma biopolítica da população.

Se pudéssemos chamar “bio história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. (FOUCAULT, 2001, p. 134).

A biopolítica está preocupada com o corpo vivo, com os processos que envolvem a vida, do tipo nascimento, mortalidade, saúde, duração da vida, configurando uma modificação das intervenções de poder e do conseqüente controle dos mecanismos de saber a respeito da vida da população em geral. Assim a biopolítica aparece como uma das formas de biopoder.

Só é possível pensar a sociedade de normalização quando entram na sua constituição a vida e seu conjunto de processos vitais, e isso justamente faz-se a força produtiva, que toma cada corpo individual, assim como o corpo da população através de estratégias diferentes e complementares, uma que envolve a política, a biopolítica, e outra que é uma estratégia geral de poder, o biopoder.

A partir dessa discussão, Foucault analisa o surgimento desse “novo corpo” que ele denomina de “população”, a qual a prática disciplinar, que lidava com a disciplinarização dos corpos, e a teoria do direito, que só conhecia o indivíduo e a sociedade, desconhecem. Para o autor: “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento” (FOUCAULT, 1999, p. 292-293).

Assim, os dispositivos de seguridade² tornaram-se essenciais para a possibilidade de compreensão dos processos que envolvem o governo de uma determinada população. Michel Foucault no curso *Segurança, território, população* emprega o conceito de governamentalidade, entendido como:

² A ideia de seguridade é importante na obra de Foucault porque encontra-se relacionada ao aspecto da gestão do perigo, da existência de uma relação belicosa, de uma relação de massacre do inimigo assim como encontra-se ligada aos mecanismos que tratam das previsões, estimativas estatísticas, medições globais, entre outros que regulamentam a vida da população, bem como asseguram para uma população menos perigos em situações que envolvem a vida, como a velhice e as anomalias, isso através de mecanismos mais sutis que os das instituições de assistências por exemplo, anteriormente conhecidas por nós. Para mais, ver: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

A partir desse curso, Foucault analisou as formas de gestão e controle da população, pensadas a partir do liberalismo e do mercantilismo. Ele introduziu os conceitos de governo³ e governamentalidade para pensar o Estado Moderno, os dispositivos de segurança e a economia política.

A economia política surge no texto como um tipo de saber que exigirá uma dimensão técnica e que vai influenciar diretamente a arte de governar, assim como vai servir para adequar a população como campo e objeto econômico conseqüentemente. Nesse sentido, é preciso conformar uma população produtiva:

[...] Eu dizia a vocês na última vez que a economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada “economia política” e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população [...] (FOUCAULT, 2008b, p. 140-141).

Já no seu curso de 1978-1979, intitulado *Nascimento da Biopolítica*, Michel Foucault centra seus estudos na caracterização dos processos de governo econômico da população. Surge um novo sujeito, que se encontra diretamente relacionado com os conceitos explorados pelo autor nesse curso, como mercado, capital humano, sociedade empresarial, entre outros.

Foucault atribui uma conexão entre a economia política e a razão de Estado como responsáveis pela formação da verdade, apresentando uma regra e uma norma ao governo, “esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o

³ Quando utiliza-se o conceito de governo é importante ressaltar que pretende-se definir algo que existe no campo social e que no entanto estão distribuídos de uma forma nas ações micropolíticas. Para mais, ver: VEIGANETO, Alfredo. Governo ou governo? **Currículo sem Fronteiras**, 5 (2), p. 79-85, jul-dez 2005.



mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 42). Para o autor, o mercado durante os séculos XVI e XVII era um local que assegurava regulamentação e jurisdição. Essa característica de jurisdição relacionada ao mercado foi perdendo sua fundamentação, em meados do século XVIII, a partir principalmente da importância indicada pela teoria econômica: “que o mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade” (FOUCAULT, 2008a, p. 44).

A partir daí torna-se possível uma verificação da prática governamental, “[...] o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe [...] (FOUCAULT, 2008a, p. 45). O mercado acaba fazendo com que o governo não seja mais baseado somente na justiça e sim que, este mesmo, funcione com base na verdade.

[...] Portanto, em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar, a economia política não deve seu papel privilegiado ao fato de que ditaria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que (somente na medida, mas é uma medida evidentemente considerável) indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental. [...] (FOUCAULT, 2008a, p. 45).

Foucault novamente retorna aos princípios que guiaram boa parte de suas pesquisas, que é o cruzamento entre jurisdição e veridificação, e permanece mais uma vez a ideia de que o mercado, essa instância ligada às práticas governamentais também passou por esses processos. Na história de uma governamentalidade ocidental são analisados a partir de uma gênese dos regimes de veridificação e acabam transformando-se e deslocando-se por esses processos de verdade.

O governo em seu novo regime é, no fundo, uma coisa que já não tem de ser exercida sobre sujeitos e sobre coisas sujeitadas através desses sujeitos. O governo vai se exercer agora sobre o que poderíamos chamar de república fenomenal dos interesses. Questão fundamental do liberalismo: qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas? (FOUCAULT, 2008a, p. 63-64).

A partir das características descritas sobre o mercado, Foucault tratou do liberalismo na Europa (século XVIII), ou ainda, da arte liberal de governar e seus reflexos nos processos de governamentalidade biopolítica. Sobre a nova arte liberal de governar, Foucault (2008a, p. 86) afirma:

[...] ela é consumidora de liberdade. É consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão, etc. A nova razão governamental necessita portanto de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade.

Existe aí para Foucault uma ideia de gestão da liberdade posta pelo liberalismo: “vou produzir o necessário para tornar você livre” (FOUCAULT, 2008a, p. 87). Para esse



liberalismo, torna-se necessário produzir a liberdade, mas também estabelecer limites, controles e obrigações pautados na ameaça. Assim, o custo da fabricação da liberdade vem atrelado ao aspecto de segurança que servirá para a proteção dos interesses coletivos e as relações com os interesses individuais e vice-versa.

No curso *Nascimento da biopolítica* o autor analisa as crises do liberalismo e do capitalismo desde o século XVIII e mostra uma ligação entre elas a partir do aspecto econômico. Esse autor analisou o liberalismo alemão (1948-1962) e a forma de uma arte de governar baseada numa razão de Estado, utilizando os exemplos do neoliberalismo americano e alemão, a partir disso Foucault passou a pensar a economia baseada na figura do mercado.

Assim, chego a um constructo importante para esse trabalho e fundamental nas discussões desse autor, a governamentalidade biopolítica neoliberal, que se tornou o ponto central da discussão desse autor a partir da prática do liberalismo. O liberalismo tem como regra principal uma economia máxima e a figura de um conflito entre liberdade e segurança.

Foucault instaura essa discussão sobre uma nova forma de governamentalidade baseada no liberalismo e que tem como direção algumas perspectivas, tais como:

[...] a constituição do mercado como lugar de produção de verdade (e não mais apenas como domínio de jurisdição), a questão da utilidade (utilitarismo inglês) e sua relação com a limitação do exercício das forças estatais, a noção de interesse como operadora desse novo tipo de governamentalidade e a ampliação dessa nova racionalidade governamental (estendida à escala mundial) (GADELHA, 2009, p. 139-140).

Nesse caso, o mercado torna-se o lugar da verdade, o local de verificação da prática governamental. No século XX diante da crise do liberalismo, Foucault passa a uma análise do neoliberalismo, o modelo alemão, o modelo francês e o modelo norte-americano. Foucault demonstrou que no modelo norte-americano de neoliberalismo as mudanças ocorreram em torno da teoria do Capital Humano (Escola de Chicago):

O interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado [*o trabalho grifo meu*] e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico. (FOUCAULT, 2008a, p. 302).

É a partir das discussões sobre a teoria do Capital Humano que Foucault elaborou uma reflexão sobre a figura do *homo oeconomicus*. O neoliberalismo acaba por encontrar

nessa figura clássica uma mudança na atividade econômica. Sobre o *homo oeconomicus* Foucault afirma que:

[...] é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (FOUCAULT, 2008a, p. 311).

Foucault realiza uma mudança na análise desse modelo econômico, passando a observar e explicar movimentos e relações sociais através do mercado, assinalando transformações nos fenômenos sociais e nos indivíduos a partir desse ponto principal que agora faz parte da própria constituição desse indivíduo:

[...] O que a análise deve tentar esclarecer é qual cálculo, que aliás pode ser despropositado, pode ser cego, que pode ser insuficiente, mas qual cálculo fez que, dados certos recursos raros, um indivíduo ou indivíduos tenham decidido atribuí-los a este fim e não àquele. A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008a, p. 307).

Passa-se a pensar o trabalho como uma conduta econômica, “a economia política passa a ter como objeto o comportamento humano, ou melhor, a racionalidade interna que o anima”. (GADELHA, 2009, p. 149)

A partir do conceito de governamentalidade biopolítica neoliberal é possível analisar as pretensões dessa nova política de ensino profissionalizante pautada na implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como instituição responsável pelo desenvolvimento econômico e social de nosso país, bem como, responsável por uma formação voltada para a ciência e tecnologia e por uma figura de mercado que pode nos apontar para a nossa constituição e o que fazemos com essa vida.

3 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as artes de governo

A intenção não é realizar uma análise que exalte ou critique o ensino profissionalizante no Brasil, nem apresentar problemas e soluções para esse espaço educacional, mas sim, por meio de problematizações, realizar uma análise da conformação desse campo, tendo em vista as transformações decorrentes da implementação de um modelo político e econômico.

Algumas mudanças políticas e econômicas na educação podem ser exemplificadas através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos



Federais (IFS) foram criados por lei em 29 de dezembro de 2008. Ao todo são 38 institutos federais presentes nos estados brasileiros, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Também integram os institutos as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão da rede federal. Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos institutos federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets, vinte e cinco escolas vinculadas a universidades e uma universidade tecnológica⁴. Sobre o processo de expansão:

Os números da educação profissional apontam para a manutenção de sua expansão. Considerando apenas a educação profissional concomitante e a subsequente ao ensino médio, o crescimento foi de 7,4%, atingindo aproximadamente 1 milhão de matrículas em 2011. No caso do ensino médio integrado, os números indicam um contingente de 1,3 milhão de alunos atendidos. Cabe destaque para a forte expansão da rede federal, com aumento de 15% em um ano. Nos últimos 9 anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 143%⁵. (INEP, p.30)

Essas implementações fazem parte do novo modelo educacional que vem sendo proposto no Brasil, e, é possível observar a inexistência de discussões sobre como tais mudanças vêm transformando o sistema educacional como um todo. Também podemos tomar essas transformações a partir da pergunta sobre *o que estamos nos tornando com isso*⁶?

A implantação dos IFs como parte da nova política federal de ensino profissionalizante, pode ser pensada a partir da biorregulamentação do poder proposta por Foucault. Uma das características presente na reformulação são as mudanças relativas aos níveis de ensino que os IFs devem abarcar: nível médio integrado ao técnico, técnico, tecnólogo, além da inclusão do nível superior, a graduação em diferentes áreas de ensino, assim como também a pós-graduação. Com esse ciclo completo de ensino, acaba-se por propor um discurso legitimador em torno do papel da ciência e a tecnologia em nosso país e seu conseqüente potencial formador.

Assim como, através de uma influência formadora de seus docentes investe-se na narrativa de que o mercado de trabalho precisa de profissionais que dominem os

⁴ Informações retiradas da página da SETEC/MEC. Para mais, ver: <http://redefederal.mec.gov.br/>.

⁵ Fonte: INEP. Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2011. Para mais, ver: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf

⁶ Para mais, ver: ORLANDI, Luiz, B. Lacerda. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz B. Lacerda & VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



conhecimentos relativos à ciência, à tecnologia, ao empreendedorismo, narrativas estas que aparecem presentes na documentação que trata sobre os desígnios dos IFs.

Outro exemplo encontra-se na possibilidade de inclusão de uma população que antes não teria a oportunidade de formar-se em uma instituição pública de excelência. Há notadamente um processo de expansão escolar que é justificado em relação ao combate às desigualdades sociais e ao acesso de uma população ao ensino formal, população esta destinada a compor um país que se encontra preocupado com as aplicações da ciência e da tecnologia no mercado de trabalho através das políticas públicas destinadas a educação.

A multiplicação de modalidades de ensino é percebida como um conjunto de transformações nas táticas disciplinares e biopolíticas. Entretanto, apesar de grandes transformações em relação aos dispositivos políticos, é possível perceber aspectos ligados à vida dessa população, principalmente naquilo que diz respeito a imediata inclusão no mundo do trabalho, bem como as especificações técnicas que esse aluno-técnico é capaz de adquirir se somar-se as propostas de inclusão desse processo educativo.

Foucault com suas análises sobre o neoliberalismo propõe que as relações sociais e os comportamentos de cada indivíduo sejam pensados a partir da economia de mercado. Junto a essa relação aparece a figura do empreendedor de si mesmo pautado na teoria do capital humano. Desse modo, o mercado torna-se um princípio normativo que se convoca diante do governmentamento. Esses conceitos encontram-se profundamente relacionados ao problema do ensino profissionalizante na atualidade, na medida em que os arranjos biopolíticos sobre a população configuram alguns dos principais mecanismos de governamentalidade neoliberal no campo da educação em nosso país.

Se pensarmos nos investimentos políticos para agregar uma população mais carente e a exigência de mão de obra técnica mais qualificada, são as novas reformulações que garantem o acesso a esse espaço institucional. Nesse sentido podemos observar as seguintes propostas: o EJA (Ensino de Jovens e Adultos), o ensino profissionalizante à distância, os cursos de tecnologia, além do ensino profissionalizante subsequente ao ensino médio. Podemos imaginar essa instituição (os IFs) como um grande espaço onde cabem diferentes perfis, números estatísticos e distintas formações. Torna-se um exemplo do processo de inclusão em funcionamento, no qual podemos apontar como uma das características na constituição do jogo econômico do neoliberalismo e conseqüentemente uma tecnologia biopolítica de governamentalidade. Sobre a inclusão e o neoliberalismo:



Inclusão na Contemporaneidade passou a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia. Garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde pressupõe estar fazendo investimentos para que a situação presente de pobreza, de falta de educação básica e de ampla miserabilidade humana talvez se modifiquem em curto e médio prazo. A promessa da mudança de *status* dentro de relações de consumo – uma promessa que chega até aqueles que vivem em condição de pobreza absoluta –, articulada ao desejo de mudança de condição de vida, são fontes que mantêm a inclusão como um imperativo do próprio neoliberalismo. (LOPES, 2009, p. 167).

Os IFs têm que dar conta do mercado profissional, e para isso, faz-se necessário abarcar toda uma população que será incluída nesses processos, isto é, uma graduação em menor tempo e conseqüentemente com um currículo mais enxuto, um aprendizado virtual em torno do ensino profissional, a formação de jovens e adultos, além da população que almeja a aprovação no vestibular das universidades públicas, sem a necessidade de um curso preparatório. Com essa multiplicidade de formações, o que seria exatamente essa instituição de ensino? Tendo em vista essa diversidade populacional, o que se pretende e a quem se destinam os IFs?

A dificuldade imposta na atualidade é a obtenção de um mapa dessa situação de empregabilidade no Brasil. Pode ser que existam divergências em relação ao público que acessa essas instituições, tanto por diferenças regionais, como mercadológicas, mas se pensarmos nas políticas que a SETEC/MEC (Secretaria de Educação Tecnológica/Ministério da Educação) propicia a esse nível de ensino, torna-se possível pensar o objetivo para essa população atendida.

É possível observar na descrição da lei o processo de inclusão instituído para uma população que pode enquadrar-se no nível de ensino que lhe foi disponível conforme sua escolaridade, ou seja, é possível estudar em um IF, não importando o nível de ensino. Nota-se uma estratégia de proliferação de números em torno da acessibilidade da população ao ensino profissional, e conseqüentemente ao seu próprio empreendimento, isto é, a inclusão no mercado de trabalho e sua conseqüente satisfação pessoal.

Além da característica que pretende fazer uma equiparação dos IFs às universidades federais, através da inclusão da educação superior, é possível visualizar na redação da lei, que esse local de ensino, deve dar conta de boa parte da educação em nosso país. Foram inúmeras reformulações implementadas durante esse processo histórico que envolveu o ensino profissionalizante, transformações de Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica, separação entre ensino médio e integrado por exemplo. E atualmente chegamos

a essa grande instituição que deve dar conta dos mais diversos níveis de ensino, desde que comprometido com o desenvolvimento socioeconômico.

Encontramos nos IFs a formulação de um aluno-técnico pautado nas demandas de mercado, na questão empreendedora de si mesmo para a acessibilidade ao mercado, nas definições que cercam as políticas para uma população jovem de alunos-técnicos, o que possibilita-nos questionamentos: Quais são as ferramentas metodológicas, científicas e institucionais que os IFs utilizarão para o comando dessa grande instituição? Podemos pensar em diferentes possibilidades para essa instituição? Que riscos ainda temos ao assumir um projeto como esse?

VOCATIONAL EDUCATION AND ITS ARTS OF GOVERNMENTS: THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY

Abstract: The text investigates the foundation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology by the Brazilian Government through the law 11.802, published on December 29th, 2008. It's a recent movement concerning professionalizing education, understood as a fundamental dimension for the country's economic and social development. The analysis employs Foucauldian concepts from the second half of the 1970's, such as biopolitics and neoliberal governmentality. We point out that this reframing of Brazil's professionalizing education calls for a new understanding of technical education in the different levels in which it is implemented in such Institutes. We shall also critically investigate the technical professional formation, nowadays immersed in the neoliberal market's economy, through the concepts of entrepreneurship and employability.

Keywords: Governmentality. Biopolitics. Public policies. Professionalizing teaching.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____; **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____; **Nascimento da biopolítica**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____; **Segurança, território, população**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____; Prefácio (Anti-Édipo). In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos**. V. 6. Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GRÓS, Frederic. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 127-138.



INEP. **Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2011**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf. Acesso em: 18/02/2013.

LEI nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 23/01/2013.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Revista Educação & Realidade**, 34(2), p. 153-169, mai-ago 2009.

ORLANDI, Luiz, B. Lacerda. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz B. Lacerda & VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 217-238.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação. Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou governo? **Currículo sem Fronteiras**, 5 (2), p. 79-85, jul-dez 2005.